INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 05/07 A 09/07



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

O final de semana foi marcado pela terceira manifestação de ruas da oposição ao governo do Presidente Jair Bolsonaro.

A semana começa com a expectativa pela movimentação da Câmara e do Senado na primeira quinzena de julho, que pode ser mais movimentada no intuito de exaurir a pauta para um possível recesso parlamentar a partir do dia 17. O Senado inicia seu esforço concentrado com a apreciação de autoridades indicadas pelo poder executivo. Estão agendadas reuniões das comissões para as sabatinas e do plenário para a apreciação dos nomes, até o momento não há previsão de deliberação de outras proposições pela casa nesta semana.

Arthur Lira afirmou que o recesso só acontecerá com a instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e votação da LDO (requisito constitucional para o recesso oficial), e não haverá “recesso branco” caso isso não aconteça, o que pode forçar Rodrigo Pacheco a instalar o colegiado. Outra comissão que pesa sob o recesso parlamentar é a CPI da Pandemia, que não quer ter seus trabalhos paralisados e busca prorrogação de seu prazo.

Na Câmara dos Deputados, o destaque está no requerimento de urgência para o PL 2058/2021 de autoria do deputado Tiago Dimas (Solidariedade/TO) que flexibiliza a Lei 14.151/2021 que determina o home office para a trabalhadora gestante, o requerimento foi pautado mesmo aguardando completar as 257 assinaturas necessárias; o PL 1026/2021 determina o IPCA como valor máximo para reajustes de locação residencial e comercial; e o requerimento ao PL 1998/2020 que autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional.

Nesta segunda-feira, 05, o governo também publicou a Portaria SEPEC//ME nº 8.025, que estabelece os prazos e a taxa de juros para contratação de operações de crédito no âmbito do Pronampe. E estendeu por mais três meses o auxílio emergencial decorrente da pandemia da covid-19.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (06)

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | DELIBERATIVA

Entre os itens pautados destacamos os seguintes:

PL 1026/2021 - IPCA como valor máximo para reajustes de locação residencial e comercial.
REQ 1150/2021 - PL 21/2020, Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil.
REQ 1402/2021 - PL 1374/2021 - Institui o Desconto Gás (ajuda de custos para compra de gás por famílias de baixa renda).
REQ 1404/2021 - PL 1674/2021 - Cria o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária (CSS).
REQ* - PL 1998/2020 - Autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional.
REQ* - PL 385/2021 - Medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social.
REQ* - PL 2058/2021 - Trabalho a distância para empregadas gestantes.

*Requerimentos ainda não apresentados e, por isso, não numerados, mas que constam na pauta publicada.

9h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

PL 6100/2016 - do Sr. João Derly - que "altera a consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, instituindo-se o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, denominado SIMPLES TRABALHISTA, e dá outras providências". (Apensado: PL

7654/2017) Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.
RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA.
PARECER: pela rejeição deste e do PL 7.654/2017, apensado.
Posicionamento: Contrário ao Parecer; Favorável ao Projeto

PL 6323/2016 - do Sr. Mauro Lopes - que "dá nova redação a dispositivos do art. 790, 790-B, 844 e 899 e acrescenta um art. 844-A à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre processo do trabalho".
RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.
PARECER: pela aprovação com Substitutivo, e pela rejeição deste.

PDL 394/2020 - Do sen. Alessandro Molon (PSB/RJ), que susta os efeitos de dispositivos do Decreto 10.747, de 26 de agosto de 2020, que aprovou a estrutura da ANPD.
RELATOR: dep. André Figueiredo (PDT/CE)
PARECER: pela aprovação.
Orientação: acompanhamento.

PL 9467/2018 - do Sr. Alessandro Molon - que "altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 -
Consolidação das Leis do Trabalho. Altera o caput do art. 443 e a revogação do § 3º deste artigo e do art. 452-A visam a suprimir a possibilidade do contrato de trabalho intermitente, introduzido na CLT pela Reforma Trabalhista.
RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao Parecer; Contrário ao Projeto

PL 4043/2019 -do Sr. Alexis Fonteyne - que "altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para facultar aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a forma de disponibilização de versão atualizada do Código de Defesa do Consumidor ao consumidor e dá outras

providências".
RELATOR: Deputado TIAGO MITRAUD.
PARECER: pela aprovação deste e dos PLs NoS 4.109/2019 e 5358/2019, apensados, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 8303/2017 - do Sr. André Figueiredo - que "suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". (Apensados: PL 11153/2018 e PL 2755/2019.
RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.
PARECER: pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 2.755/19, apensado, com Substitutivo, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 11.153/18, apensado.
Posicionamento: Contrário ao Parecer; Contrário ao Projeto

PL 2317/2020 - do Sr. André Figueiredo - que "dispõe que a decretação da falência determina a rescisão do contrato de trabalho, permitindo ao trabalhador movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e requerer o seguro-desemprego de imediato". Explicação: Altera as Leis nº 7.998, de1990; 8.036, de1990 e 11.101, 2005.
RELATOR: Deputado PAULO RAMOS.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer; Favorável ao Projeto

QUARTA-FEIRA (07)

09h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

PLP 5/2021 - do Sr. Efraim Filho - que "altera a Lei Complementar no 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à

Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria".
RELATOR: Deputado DA VITORIA.
PARECER: pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Orientação: A Favor do Parecer

PL 4758/2020 - do Sr. Enrico Misasi - que "dispõe sobre a fidúcia e dá outras providências".
RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.
PARECER: Parecer às Emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Eduardo Cury (PSDB-SP), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária;
Orientação: A Favor do Parecer

9h30 - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

PL 4347/1998 - do Sr. Walter Pinheiro - que "estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências".
Explicação: Define as lesões por esforços repetitivos - LER
RELATORA: Deputada REJANE DIAS.
PARECER: pela aprovação na forma do Substitutivo 1 da CTASP.
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto

PL 4865/2016 - do Sr. Diego Andrade - que "altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 – Consolidação das Leis

do Trabalho - para dispor sobre a possibilidade do menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais".
RELATOR: Deputado MARX BELTRÃO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

9h30 - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

PL 4347/1998 - do Sr. Walter Pinheiro - que "estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências".
Explicação: Define as lesões por esforços repetitivos - LER ou DORT.
RELATORA: Deputada REJANE DIAS.
PARECER: pela aprovação na forma do Substitutivo 1 da CTASP.
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto

PL 4865/2016 - do Sr. Diego Andrade - que "altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho - para dispor sobre a possibilidade do menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais".
RELATOR: Deputado MARX BELTRÃO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PL 1465/2020 - Permite que dívidas de empresas com governos municipal, estadual e federal, oriundas do período de calamidade pública devido ao combate à pandemia do vírus Covid-19, não possam resultar na inscrição dessas empresas no cadastro de devedores.

Autor: Filipe Barros (PSL-PR)
Relator: Marco Bertaiolli (PSD-SP), favorável com substitutivo.
Posicionamento: contrário ao PL, favorável ao substitutivo.

PL 478/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "proíbe a destruição de produtos não perecíveis não comercializados ou devolvidos pelo consumidor".
RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrários ao Projeto / Contrários ao Parecer

PL 645/2019 - do Sr. Vander Loubet - que "concede benefícios tributários a empresas que contratem
trabalhadoras que sejam mães de crianças de até 14 anos de idade".
RELATOR: Deputado CAPITÃO FÁBIO ABREU.
PARECER: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.
Orientação: Favorável ao Projeto / Favorável ao Parecer

PL 3605/2020 - do Sr. Eduardo Costa e outros - que "altera a Lei no 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a redução de taxas de juros a micro e pequenas empresas em financiamentos com base na Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19".
RELATOR: Deputado JOAQUIM PASSARINHO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Orientação: Favorável ao Projeto / Favorável ao Parecer

PL 887/2019 - da Sra. Alice Portugal - que "regulamenta as profissões de Promotor de Vendas e de Demonstrador de Mercadorias".



RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
PARECER: pela rejeição.
Orientação: Contrários ao Projeto / Favorável ao Parecer pela Rejeição

PDL 4/2020 - do Sr. André Figueiredo - que "susta os efeitos da Resolução nº 101, de 19 de novembro de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, que "Estabelece procedimentos simplificados para desestatização de empresas de pequeno e médio porte"".
RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
PARECER: pela rejeição.
Orientação: Favorável ao Parecer pela Rejeição / Contrário ao Projeto

QUINTA-FEIRA (08)

15h - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

Audiência pública sobre o PL 21/2020, que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências.

Palestrantes:
● Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI (Aguardando resposta)
● **Fabiano Hartmann**, Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), docente e pesquisador de Inteligência Artificial e Direito
● **Fabio Cozman**, Diretor do Centro de Inteligência Artificial do Brasil da Universidade de São Paulo - C4AI/USP
● **Paulo José Pereira Curado**, Presidente da Rede MCTI/Embrapii de Inovação em Inteligência Artificial
● **Italo Nogueira**, Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



(Assespro)

● **Loren Spíndola,** Líder do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES)

● **Bianca Kremer**, Representante da Coalizão Direitos na Rede

● **Rafael Krug**, Diretor da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo)

● **Gustavo Ramos Rodrigues**, Coordenador de Políticas Públicas do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris)

PAUTA DO SENADO FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA (05)

14h - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) - Indicação de autoridades.

MSF 9/2021 - Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, da Constituição, combinado com o art. 4, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o **nome da Senhora Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.** O relator, Sen. Vanderlan Cardoso, emitiu parecer favorável.

MSF 27/2021 - Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o **nome do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos**, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Barreto de Souza. O relator, Sen. Angelo Coronel, ainda não apresentou parecer.



SEXTA-FEIRA (09)

10h - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL | Debates Temáticos

Debater sobre o impacto fiscal do PL 4728/2020, que reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), de que trata a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, e ajusta os seus prazos e modalidades de pagamento **e do PLP 46/2021**, que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP) e a Contribuição de intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).
Ainda não foram divulgados os participantes da Sessão.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ITI) | Webinar

Terça-feira, 19 horas | Canal do ITI na plataforma Youtube.
O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) realizará webinar sobre **Open Banking e Certificação Digital ICP-Brasil.** O evento contará com a participação de **Otávio Ribeiro Damaso**, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil e, **Marcos Aurelio Rodrigues**, membro do GT de Segurança do Open Banking Brasil.

AUTORIDADE NACIOANL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

Quarta-feira | Audiência pública que dispõe sobre a fiscalização e aplicação de sanção pela ANPD, acontecerá em 8 de julho de 2021, das 10h às 12h e das 14h às 18h, de forma virtual, pelo canal da ANPD no YouTube.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 05/07 A 09/07





AGENDA LEGISLATIVA

ESPÍRITO SANTO

PL 217/2021 (Cobrança de dí vida) - Estabelece, no Estado do Espírito Santo, que na cobrança de dívidas os respectivos valores deverão ser apresentados aos consumidores de forma clara e detalhada, na forma que especifica.
Situação: Proposição convertida na Lei nº 11.320, de 1º de Julho de 2021.

RIO DE JANEIRO

PL 3344/2017 (Utilities - Negativar 45 dias após vencimento) - Impede no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a inclusão do nome dos consumidores em cadastros restritivos de crédito, banco de dados, fichas ou registros de inadimplentes, com dívidas junto as concessionárias prestadora de serviços públicos de água e luz, além de proibir o corte dos respectivos serviços e dá outras providências.
Situação: Redistribuída relatoria na CCJ para o deputado Marcos Muller (SDD). Aguarda elaboração de voto do novo relator.

PL 4050/2018 (Vedação de inscrição - Impostos estaduais) - Dispõe sobre a vedação a negativação de contribuintes Fluminenses por conta de inadimplência de impostos, contribuições e tributos municipais
Situação: Redistribuída relatoria na CCJ para o deputado Marcos Muller (SDD).
Aguarda elaboração de voto do novo relator.

PL 4257/2021 (Utilities - cobrança (covid19)) - Altera a lei estadual nº 8769, de 23 de março de 2020 e dá outras providências.



Situação: Encaminhado para o Executivo. Aguarda sanção ou veto com prazo para manifestação até 21/07/2021.

NOVAS PROPOSIÇÕES

RIO DE JANEIRO | Município
PL 463/2021 - *Proíbe o uso de dados pessoais, dados sensíveis e metadados de usuários de plataformas virtuais de ensino a distância, ensino remoto e/ou ensino híbrido para fins de exploração comercial e dá outras providências.*
Autor: Tarcísio Motta (PSOL)
Situação: Protocolado.

SÃO PAULO | Município
PL 428/2021 - Consolida a política municipal de dados abertos e transparência ativa no âmbito da cidade de São Paulo e dá outras providências.
Autora: Cris Monteiro (NOVO)
Situação: Protocolado.

NOTÍCIAS

SÃO PAULO | Estado
Comissões da ALESP definem presidentes e vices, são eles **CCJ:** Presidente Mauro Bragato (PSDB) e Vice-presidente Heni Ozi Cukier (NOVO); **C. Ciência e Tecnologia**: Presidente Sérgio Victor (NOVO) e Vice-presidente Marina Helou (REDE); **C. Defesa dos Direitos do Consumidor**: Presidente Jorge Wilson (REP) e Vice-presidente Jorge Caruso (MDB) e **C. Defesa dos Direitos do Consumidor**: Presidente Gilmaci Santos (REP) e Vice-presidente Dirceu Darben (PL).

RIO DE JANEIRO | Município
Dr. Jairinho perde mandato por conduta incompatível com o decoro parlamentar em sessão plenária desta quarta-feira (30/6). A decisão foi unânime, com 49 votos favoráveis.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

